



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

Tramitado em Sessão

() Aprovado

() Rejeitado

PEDIDO DE INFORMAÇÕES Nº 34/2020

Assunto: Requer informações acerca da existência de projeto para a união das associações de moradores.

Diante da legislação atual, que regulamenta o funcionamento das entidades e associações sem fins lucrativos, possibilitando a obtenção de subvenção de recursos públicos, urge a necessidade, diante da análise dos estatutos destas instituições, de várias atualizações, em especial, para legitimar as associações de liderança de bairros, esportivas, culturais e outras com o objetivo de fomentá-las a apresentarem projetos sociais, educacionais e de geração de renda, em especial nas localidades que não há entidades com trabalho para as crianças, adolescentes, jovens e desempregados.

Para este fim, o de propiciar condições para tais alterações, segue modelo de projeto de lei que visa contribuir com a regularização das organizações da sociedade civil, conhecidas como associações de moradores, e **REQUEREMOS** ao Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa, ouvido e aprovado pelo Egrégio Plenário, cumpridas as formalidades regimentais, seja encaminhado ao Senhor Prefeito Municipal de Jacaréí o seguinte Pedido de Informações

- Há projeto direcionado à união das associações de moradores de bairro da cidade de Jacaréí, visto a dificuldade na formalização de diretores, estatuto e registro?

Por fim, solicitamos a análise do projeto em anexo, no sentido de minimizar o gasto financeiro para o registro e legitimação da diretoria de associação de moradores, visto ser um trabalho voluntário e de suma importância para o Poder Executivo.

Ao aguardo de manifestação, subscrevemos.

Sala das Sessões, 11 de março de 2020

LUCIMAR PONCIANO
Vereadora - MDB



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

SG

Pedido de Informações nº 0034/2020 – Vereadora Lucimar Ponciano - fls. 2/3



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

RC

PROJETO DE LEI Nº /2020

Autoriza o Poder Executivo a repassar valor para Associações Amigos de Bairros, devidamente regularizadas, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Para fins do disposto na Lei Federal n.º13.019, de 31 de julho de 2014, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar, anualmente, a título de subvenção social, o valor equivalente a 30 VRM, às Associações Amigos de Bairro, em funcionamento no município de Jacareí, para uso no desenvolvimento de suas atividades estatutárias.

Parágrafo único. A concessão dos benefícios às entidades de que trata o caput deste artigo, somente poderão ocorrer após a constatação, pelo Poder Executivo, de que estas entidades preenchem efetivamente as condições legais para o recebimento, a serem definidas por Decreto Municipal.

Art. 2º. A concessão da subvenção social não implica à seu beneficiário a aquisição do direito de continuidade de recebimento, e não gera responsabilidade ao município perante empregado e fornecedores.

Art. 3º. As despesas decorrentes da concessão da subvenção prevista nesta lei correrão por conta de verbas orçadas, suplementadas se necessário.

Art. 4º. O recebimento do valor dependerá de requerimento da entidade e comprovação, além dos ordinariamente previstos na legislação federal pertinente, dos seguintes requisitos específicos:

- I - cadastro nos Conselhos próprios, se houver;
- II - regularidade de funcionamento;
- III - regularidade previdenciária - CND-INSS;
- IV - regularidade trabalhista – CNDT, se o caso; e
- V - ausência de finalidade lucrativa.

Art. 3º. Aplicam-se a esta Lei as disposições contidas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Jacareí, 03 de fevereiro de 2020

LUCIMAR PONCIANO
Vereadora – PSDB



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

SG

Pedido de Informações nº 0034/2020 – Vereadora Lucimar Ponciano - fls. 3/3



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

RC

JUSTIFICATIVA

Inegavelmente, as associações de amigos de bairros exercem um papel de enorme importância dentro da esfera política e social das nossas cidades, porquanto, são objeto de união de forças para a reivindicação de direitos e promoção de iniciativas que tornam a vida nestas comunidades mais harmoniosa, cooperativa, edificante, e de interesse, claramente, público. Contudo, também é do conhecimento de todos, as enormes dificuldades financeiras que estas organizações da sociedade civil enfrentam para registrar seus estatutos e eventuais mudanças, como obrigações basilares destas instituições.

É da origem das associações amigos de bairro a sua natureza não lucrativa, que, a par, da impossibilidade de exigir uma contribuição financeira mensal de seus associados, causa-lhe quase insuperáveis dificuldades de sobrevivência, porque, basicamente, uma associação de moradores é uma iniciativa de cunho social, onde um grupo de pessoas, que moram em um mesmo local, se unem para criar regras e combinar estratégias de como melhorar o bem estar na comunidade, não havendo, por isso, obrigatoriedade de contribuição.

Para possuir vida jurídica, a associação deve estar regularmente registrada nos órgãos competentes, e para isso, necessita arcar com os custos do registro de seus documentos em cartório, o que exige dispêndio de numerário difícil de conseguir para estas agremiações. Assim, de modo a propiciar uma melhor condição de sobrevivência a estas organizações, com base em Lei Federal (n.º 13.019/2014), idealiza-se este projeto de modo a assegurar o mínimo de condições para uma perfeita condução dos intentos e interesses comunitários.

O numerário que se pretende disponibilizado, embora de singela monta, posto que contado anualmente, em muito auxiliará a entidade, representando um estímulo à continuidade da pessoa jurídica, não significando ingerência na esfera de competência do Poder Executivo Municipal, haja vista que as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão taxativamente previstas no artigo 61 da Constituição, que trata da reserva de iniciativa de lei do chefe do poder Executivo, cuja interpretação não pode ser ampliada.

Desta leitura, temos que a propositura apresentada não abrange matérias relativas ao funcionamento e estruturação da Administração Pública, não criando ou alterando a estrutura ou a atribuição de órgãos da Administração Pública local, nem tratando do regime jurídico de servidores públicos.

Por estas razões, e outras levantadas por meus nobres pares, fazem deste projeto de lei candidato apto a sua aprovação, por seu franco interesse público, o que desde já se requer.

Câmara Municipal de Jacareí, 03 de fevereiro de 2020

LUCIMAR PONCIANO
Vereadora – PSDB